

Comarca de Nova Iguaçu - Mesquita**4ª Vara Cível****id: 4475774**

JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Processo nº 0042973-16.2021.8.19.0038. Distribuído em 09/12/2021. Recuperação judicial da sociedade DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., CNPJ: 00.100.374/0001-89. E D I T A L, nos termos do artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005, passado na forma SEGUINTE: A MMA Juíza de Direito Simone Lopes da Costa - Juíza titular no Cartório da 4ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, RJ, nesta data. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, devidamente instruído e depois de preenchidas as formalidades legais, por decisão de fls. 618-620, datada de 13/12/2021, foi deferido o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL da sociedade DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., CNPJ: 00.100.374/0001-89; conforme síntese do pedido e da decisão judicial, que seguem: "Trata-se de pedido de Recuperação Judicial, formulado pela sociedade empresária DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, alegando que é uma reconhecida rede de drogarias situada no Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1994, tendo conquistado uma clientela fiel com uma forma de atendimento diferenciado, o que lhe permitiu um crescimento sustentável ao longo dos anos, superando as dificuldades impostas pela economia nacional. Afirma que abriu sua primeira filial no ano de 2001 e, desde então, iniciou seu processo de expansão territorial, contando atualmente com sua sede neste município de Nova Iguaçu e o total de 29 unidades espalhadas por 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, além de mais de 1.000 colaboradores trabalhando em prol do desenvolvimento da empresa, dentre os quais cerca de 850 empregados diretos e aproximadamente 3.000 empregos indiretos. Aduz que foi eleita neste ano de 2021 pelo jornal "O Globo" a 4ª marca mais admirada pelos clientes na categoria das farmácias na pesquisa "Marcas Cariocas", informando que, além da venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal e cosméticos, possui algumas unidades estratégicas que detém a capacidade de disponibilizar serviços clínicos, tais como testagens - incluindo para Covid-19 - ou a aplicação de vacinas, como a da gripe, estando cadastrada em todos os programas governamentais de benefícios de medicamentos, tendo, inclusive, desenvolvido um serviço de entregas sem taxas ao consumidor. Informa que faturava em torno de R\$300 milhões anuais, mas recentemente vem sofrendo com problemas de liquidez, decorrentes do cenário de instabilidade econômico-financeira do Brasil, que já se arrasta por alguns anos, cujos impactos são diretamente refletidos em seu fluxo de caixa e capacidade para pagamento da totalidade das dívidas, situação que se agravou com a pandemia da Covid-19, com o estabelecimento de medidas de distanciamento social e, consequentemente, com os consumidores deixando de sair de seus respectivos lares, redundando em um desaquecimento das atividades comerciais e, sobretudo, varejistas. Anota que viu suas vendas chegarem ao patamar mais baixo nos últimos meses, chegando a faturar nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 entre R\$11 milhões e R\$12,3 milhões, tendo sido a queda no faturamento, quando comparada aos mesmos meses de 2019, de respectivamente 53,35%, 53,51% e 49,81%. Finalmente, afirma a requerente que o cenário atual é passageiro, confiando que irá superar o momentâneo problema de faturamento e fluxo de caixa com o processamento de sua recuperação judicial, que se faz útil e necessário, sendo certo que resultará em uma importante equalização de seu passivo e manutenção de suas atividades e benefícios sociais daí advindos. Discorre acerca de sua viabilidade econômica e operacional, que será reforçada por meio da reestruturação do passivo no ambiente da recuperação judicial, com o aperfeiçoamento de medidas de gestão e controle de custos - algumas já em curso, contando com empresa de consultoria externa para tal. Complementa o pedido informando que já existe uma significativa melhora nas vendas, que indica um crescimento em até 80% (oitenta por cento) em uma de suas unidades, sendo certo que, embora possua um grau considerável de endividamento, todas as suas dívidas são gerenciáveis, e não existem medidas executivas em curso contra si. Frente a esta situação pontual, busca uma alternativa jurídico-econômica para manter perene sua estrutura, bem como para garantir os empregos de seus colaboradores diretos e indiretos. Requer, de início, o deferimento de sua recuperação judicial, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, com a nomeação de um administrador judicial e a suspensão de todas as ações ou execuções contra si, proibindo-se toda e qualquer forma de constrição judicial ou extrajudicial por débitos concursais e/ou indicados na lista de credores (artigo 6º, inciso III, da LRF), comprometendo-se a apresentar, mensalmente, enquanto perdurar a recuperação judicial, a documentação e os demonstrativos contábeis exigidos por Lei. É a síntese do necessário. DECIDO. Como se observa da petição inicial, bem como dos documentos que a guarnecem, a requerente atendeu aos requisitos do artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, ao comprovar que está em atividade há mais de 02 (dois) anos, o que se observa do comprovante de CNPJ e dos seus atos constitutivos. O petítório inicial detalha as causas da crise econômico-financeira, e vem acompanhado dos documentos obrigatórios, na dicção do artigo 51, incisos I e II, da Lei nº 11.101/2005, tendo a requerente apresentado certidões negativas que demonstram a inexistência de procedimentos falimentares, pedido anterior de recuperação judicial ou procedimentos criminais em face de seus administradores. Desse modo, pela documentação acostada aos autos até o momento, nada está a indicar a inviabilidade da recuperação da sociedade requerente, uma vez que se apresenta em compasso com a finalidade recuperacional. Por todo o exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO o processamento da recuperação judicial da sociedade empresária DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, determinando: I - Que seja acrescentado após o nome empresarial da requerente a expressão "em recuperação judicial"; II - Que sejam suspensas todas as ações e execuções ajuizadas contra a requerente, na forma do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, e mais as exceções previstas no artigo 49, parágrafos 3º e 4º da mesma Lei, reconhecendo a impossibilidade de venda, bloqueio ou retirada de seu estabelecimento dos bens e ativos, inclusive financeiros, essenciais às suas atividades, por força de dívidas pretéritas submetidas ao presente concurso, ao menos até que se promova a deliberação sobre os meios de recuperação em assembleia geral de credores; III - Que a requerente apresente mensalmente contas demonstrativas durante todo período de processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; IV - A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratar com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; V - A suspensão do curso do prazo de prescrição das ações e execuções contra as empresas requerentes pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, consoante dispõe o artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005; VI - Que a empresa requerente comunique a suspensão das ações e execuções, por petição, em cada processo em que figure como parte, com cópia desta decisão (artigo 52, § 3º); VII - A expedição e publicação do edital insculpido no artigo 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005; VIII - A intimação do Ministério Público e a comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e de Municípios em que a requerente tiver estabelecimentos; IX - Nomeio Administrador Judicial Matuch de Carvalho Advogados Associados, na pessoa do seu gestor Julio Matuch de Carvalho, com escritório na rua da Assembleia, 40, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, (tel.: 2544-0989), que desempenhará suas funções na forma do inciso III do caput do artigo 22 da Lei nº 11.101/2005, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput do